

OS CAMINHOS DO AÇÚCAR EM ALAGOAS do banguê à usina, do escravo ao bóia-fria

Douglas Apratto Tenório¹

Resumo: Este artigo analisa a economia da cana-de-açúcar em Alagoas desde o período colonial até os dias atuais. Entre o braço escravo e o bóia fria, o econômico e o político, se desenha este caminho. Alagoas não é só o lugar das utopias armadas é também o lugar dos guerreiros do sol do cangaço, das insurgências urbanas, dos canais e lagoas, e das terras dos marechais. É a terra dos engenhos, do doce e amargo gosto do açúcar.

Palavras chave: Economia açucareira, oligarquias políticas, presença holandesa.

Résumé: Cet article analyse l'économie de la canne-à-sucre en Alagoas dès la période coloniale jusqu'à l'actualité. Entre l'esclavage et le travailleur saisonnier, l'aspect économique et politique, se dessine ce chemin. Alagoas n'est pas seulement la place des utopies armées mais le lieu des guerriers du soleil du cangaço, des révoltes urbaines, des canaux et des lacunes, c'est la terre des maréchaux. C'est la terre des *engenhos* pour la fabrication du sucre, du sucre doux et amer.

Mots-clés: Economie du sucre, les oligarchies politiques, la présence hollandaise.

Uma terra que cheira a mel

Uma das menores unidades federativas da República do Brasil², Alagoas teve, desde o início, a sua formação ligada ao cultivo da cana de açúcar, o que gerou no período colonial uma sociedade senhorial com consequências em sua trajetória histórica e organização social, assim como em seus hábitos e feição cultural.

Quando o rei de Portugal dom João III dividiu o Brasil em capitanias hereditárias, nas primeiras décadas do século XVI, o governo real de Lisboa havia iniciado alguns anos antes a produção de açúcar na Ilha da Madeira. Portanto, não é surpresa que o processo de colonização adotasse o cultivo de tal cultura agrícola bem sucedida na Madeira fosse utilizado para ocupar as terras do Novo Mundo, descobertas por Pedro Álvares Cabral em 22 de abril de 1500.

A capitania de Pernambuco, uma das mais promissoras dentre tantas estabelecidas, com cinquenta léguas de costa, incluía o atual território de Alagoas, sua parte austral, e estendia seus limites ao norte, com a ilha de Itamaracá, no sítio do

¹ Professor Doutor, historiador vice-reitor do Centro Universitário CESMAC. Membro efetivo da Academia Alagoana de Letras.

Marco, em Itapissuma, até a margem do Rio São Francisco, onde fica a parte sul, a Alagoas de hoje.

O ciclo econômico que se expandiu na faixa litorânea dessas terras outrora habitadas pelos aguerridos índios caetés e potiguaras começou com a construção dos engenhos Escurial e Buenos Aires, obras do fidalgo Cristóvão Lins, formou uma sociedade hierarquizada, de castas, escravista, senhorial, de traços feudais, que influenciou profundamente a vida alagoana. Um sistema de vida familiar, econômico e cultural que ao longo dos séculos condicionou o *ethos* da sociedade alagoana. Não é sem razão que um de seus mais famosos intelectuais, o antropólogo e historiador Manuel Diégues Júnior, afirmou que a história de Alagoas é a história do açúcar.

As usinas que continuam a operar, com suas chaminés fumegantes, são a continuidade do processo. E os pouquíssimos exemplares dos milhares de engenhos banguês antigos ainda exibem nas suas ruínas uma mostra de uma arquitetura forte e sóbria que encanta quem as mira. Não há mais escravos, mas seus substitutos não tiveram grandes progressos.

Diferente da produção em larga escala das usinas, dos enormes caminhões chamados treminhões e dos sofisticados sistemas de irrigação, a legião de trabalhadores chamados bóias-frias evoca o primitivo cotidiano do plantio da cana, com seu movimento de moagem, senzalas, escravos, festas, sinhazinhas, missas, capelães, carros de boi rangendo, compadrio, banhos de rio e de gamela, trotar de cavalos. Cheiro de doces, cuscuz, tapioca, rolete chupado e melaço.

Alagoas não é só o lugar das utopias armadas dos cabanos do norte, dos quebra-quilos, dos guerreiros do sol do cangaço, das insurgências urbanas, dos canais e lagoas, terra dos marechais. É a terra dos engenhos e do açúcar. Por isso, um de seus mais famosos menestréis, em um de seus poemas, cantou enamorado: “Eu trago a minha terra em meus olhos, eu trago a minha terra em meu olfato, minha terra cheira a mel quente dos engenhos, minha terra tem o gosto ardente dos canaviais”³.

O fadário índio e alta conta social

É vasto o mundo do açúcar em Alagoas. Seus limites, que começam nas regiões do litoral e da mata, onde nasceu e se consolidou, hoje chegam próximos do agreste e do sertão e penetraram definitivamente o núcleo são-franciscano na sua bela capital, a “mui leal e heróica Penedo”, que já nos seus primórdios conheceu tanto o

ciclo do gado como o ciclo da *saccharum-officinarum*. Estende-se pela maior parte do seu território um verde dominador e obsessivo. Até parece, ao observador incauto, que nada mais brota da terra e pergunta-se o porquê da preferência quase absoluta em seus campos, quilômetros e quilômetros afora, de um mar verde sem fim. Essa mesma pergunta foi feita quatro séculos atrás, quando a extensão atingida era um pouco menor.

A interrogação que atravessou o túnel do tempo foi feita pelos louros neerlandeses invasores, quando da deflagração da Guerra do Açúcar, um deles chamado Gaspar Barleus, cronista oficial do príncipe invasor Maurício de Nassau, encantado com o território que denominou “os mais férteis campos do Brasil”. Ele não respondeu sua própria pergunta do porquê da obsessão em plantar cana e cana, desprezando a policultura, esquecendo até os gêneros alimentícios tão indispensáveis à subsistência, precisando, por isso, importar quase tudo da Europa. Seria uma espécie de sina, um fadário de Rudá ou Tupã⁴, contra os importunos colonizadores que invadiam as matas úmidas, cheias de massapé, para instalar uma ordem nova, onde eles não mais seriam invocados? E os usurpadores não se contentaram apenas com os vales úmidos e as matas do tombo real, chegaram também aos tabuleiros, tidos como terra ruim, onde só a mangaba, o ouricuri e o araçá eram apreciados.

O viajante que percorre o território de gente mestiça de presença forte na história do país intui que existe um simbolismo que une o passado ao presente. Ao passar em estradas emolduradas pelos intermináveis canaviais, de um lado e de outro, estendidos por todo o seu território, detém a visão por um instante sobre aquele imenso oceano verde e conclui que sob o mar de caules ondulantes de hoje jazem, já decompostas, inúmeras outras plantações de cana que lhe antecederam naquele mesmo chão. Plantações que tomaram o lugar de outro verde, o da Mata Atlântica, abatida pelos colonizadores pioneiros, exploradores que aqui chegaram atraídos pela sedução do eldorado, do enriquecimento que certamente a pindorama lhes ofereceria.

Foram esses desbravadores que se tornaram senhores de engenhos. Engenhos que lhes deram ascensão e nobreza. Engenhos de pilões, mós e eixos, movidos por escravos, água ou animais, com instalações rudimentares e processos morosos. Fragmentos esparsos de uma civilização que vai lutando desesperadamente contra o seu ocaso, mergulhada no silêncio do fogo morto, fumegando na memória de um passado distante, num ciclo que prosseguiu por séculos, até hoje, sobrevivendo na paisagem contemporânea, marcando ao mesmo tempo os contrastes e a continuidade das modernas instalações atuais do açúcar.

Agora são as usinas e as destilarias, verdadeiros parques industriais, que lideram o processo de modernização sucroalcooleira do estado, trabalhando estratégias competitivas no acirrado mercado nacional. Representam, na verdade, o componente do estágio mais recente desse mundo enigmático e desafiador. Embora a entrada de novos e poderosos estados no plantio da cana e na exportação do açúcar e do álcool tenha mudado o *ranking* das unidades produtoras, a pequena unidade federativa, mantém o seu destaque no setor, ocupando uma das primeiras colocações e mantendo, com São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Pernambuco a liderança desse importante item da economia brasileira.

A herança canavieira é preservada, mesmo sem o apogeu de outrora. Suas raízes ocupam boa parte do território alagoano, seguindo a tendência secular, e divisas são geradas para a economia local. Poetas a cantam em prosa e verso, a literatura sobre o tema é inesgotável, mas não se pode deixar de reconhecer que a cana deixou também uma alta conta social a pagar pela falta de diversificação econômica e baixíssimo grau dos indicadores de desenvolvimento humano. Antonil dizia, no período colonial, que “para os que não sabem o que custa a doçura do açúcar a quem o lavra, o conheçam e sintam menos dar por ele o preço que vale”⁵.

O braço escravo era o esteio da economia

O engenho de açúcar foi o suporte da expansão colonizadora e o responsável pela constituição dos primeiros núcleos povoadores que deram origem às atuais cidades alagoanas.

A atual capital, Maceió, teve formação mais tardia, no século XVII. “Nasceu espúria, no pátio de um engenho colonial”, assim como Santa Luzia do Norte, Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, Pilar, São Miguel dos Campos, Porto Calvo, Atalaia, Anadia e tantas outras. Poucas escaparam desse destino histórico. Penedo, que foi um arraial fortificado e núcleo de defesa na extremidade sul do território, desenvolveu a pecuária, daí o São Francisco ser chamado “rio dos currais”, mas mesmo assim vários engenhos surgiram em suas proximidades.

As três vilas principais - Alagoas do Sul, Penedo e Porto Calvo - presidiram o impulso colonizador e as povoações menores foram se formando naturalmente, avançando sempre do litoral para o sertão. As populações que iam se fixando em seu espaço geográfico dedicavam-se à agricultura e tinham o engenho como célula, sob a

proteção do sesmeiro senhor da terra, da escravaria e do gado, elementos essenciais do trabalho nas propriedades.

O florescimento dos burgos iniciais e a expansão de novos povoados e vilas não afastaram o engenho de açúcar e o seu proprietário do epicentro do poder, e este passou a exercer autoridade sobre outras atividades menores que iam surgindo. Essa autoridade ampla, dominadora e absorvente se transmite naturalmente com a sucessão da propriedade aos descendentes. Esse predomínio está na razão direta da opulência senhorial. Por isto, foram as áreas canavieiras, e não as outras, que se destacaram como o espaço de maior importância, pontas de lança da penetração ocupadora do sertão, de Porto Calvo a Penedo, a última fronteira. Dentro delas, as aldeias principais que tiveram crescimento, gerando famílias influentes – oligarquias poderosas após a fase dos pioneiros –, firmadas na lavoura da cana plantada em grandes extensões de terra como Maragogi, Porto de Pedras, Porto Calvo, Ipioca, Santa Luzia, Pilar, Camaragibe, Coruripe, São Miguel dos Campos e Alagoas do Sul.

Nas décadas anteriores à abolição da escravatura pela princesa Isabel, a população escrava desses dez centros agrícolas e suas freguesias chegava a 32.746 pessoas, diante de 116.192 homens livres. Avalie-se que o tráfico negreiro era ilegal e combatido pelas forças imperiais e no parlamento no Rio de Janeiro se votavam sucessivas leis antiescravagistas como a Lei do Ventre Livre e a do Sexagenário, além de uma campanha de alforria muito vigorosa.

O escravo era o esteio do regime, sem o que a economia desses locais não sairia do lugar. Era a razão dos seus bons índices de crescimento. A província estava dividida em 28 freguesias. As dez já citadas estavam inseridas na zona canavieira; nas demais, a organização econômica era baseada na pecuária, na atividade pastoril e na valorizada cultura do algodão, embora parte delas compartilhasse com a cana-de-açúcar o necessário para subsistência produtos como a rapadura, o mel e o açúcar mascavo⁶. Nelas, o braço escravo não era tão numeroso e a sociedade era menos rígida na sua estratificação. Mas nenhuma delas rivalizava, em opulência, com as casas-grandes da zona da mata. Por isso mesmo, os homens mais abastados da zona da pecuária e do algodão não tiveram na política local, nem de longe, o papel exercido pelos senhores de engenho, principalmente os do norte. As dificuldades de transporte e a distância que ficavam do centro do poder, na capital, deixavam os pecuaristas e os plantadores de algodão longe dos acordos vantajosos e das conspirações, da ocupação de postos privilegiados nas esferas administrativas.

Nas dezoito freguesias fora do perímetro litorâneo havia apenas 16.952 escravos, metade da população das dez mencionadas. Por isso, a pecuária foi menos afetada com a crise de braços quando a Lei Áurea abriu as senzalas em 1888, libertando os negros. Lembremos que em 1819, quando assumiu o primeiro governador da província recém-emancipada, Sebastião de Melo e Póvoas, o conselheiro Veloso de Oliveira, cumprindo determinação régia, computou no censo realizado uma população escrava que superava a de homens livres 69.084 para 42.879. Um cronista da época chegou a afirmar que a zona da pecuária não chegou a desorganizar-se para o trabalho, contrapondo-a com a zona dos banguês, onde a abolição afetou com mais intensidade a economia e a casa-grande construiu seus alicerces exclusivamente sobre o dorso negro do escravo.

Poder e privilégios da casa-grande

A elevação do território à condição de comarca reduziu um pouco a onipotência dos senhores de engenho pelo surgimento generalizado da lei e o prestígio da autoridade judiciária, mas sem alteração substancial de seu poder. Havia agora um poder maior a que se podia recorrer - mesmo que na maioria dos casos inutilmente - do arbítrio dos mesmos, de natureza feudal. Apesar de morosa, parcial e ineficaz, a lei cerceou de alguma forma o poderio dos senhores de terra, restringindo suas arrogâncias e truculências desmedidas aos limites das fazendas ou propriedades.

Causou espécie em Alagoas quando o governador Costa Rego⁷, na década de 20 do século XX, autorizou a entrada da Polícia Militar para capturar criminosos condenados pela Justiça em qualquer lugar que estivessem, inclusive nos santuários dos coronéis rurais, dos senhores de engenho, até então redutos inalcançáveis como as catedrais da Europa na Idade Média. Foi um fato que passou de geração em geração pela memória oral, cantado nas feiras em prosa e verso, nos cordéis populares e citações de escritores, poetas e historiadores mais liberais. Foi um escândalo, uma inovação sem precedentes que ajudou a esculpir o mito em torno daquele dirigente, de formação essencialmente urbana, nascido em Pilar, mas educado e vivido no Rio de Janeiro, para onde foi muito cedo, tornando-se um dos grandes jornalistas do país.

Até então, o homem rural, plantador de cana ou senhor de engenho, dentro de seus domínios era a autoridade suprema. A casa-grande, mais que uma construção, era um verdadeiro símbolo de poder. Há nuances nas transformações que se verificam com

o tardio processo de urbanização alagoana. A soberania do senhor em suas terras solidifica-se quando a capitania inaugura sua vida independente e inicia na política. O chefe senhorial perde a rudeza colonial ao ter contato com novas idéias, amplia seu campo de influências sociais e igualmente alarga o seu raio de autoridade ao sair de suas divisas para estender-se sobre vilas e municípios circunvizinhos, ligando-se a outros de sua condição por diferentes laços de aliança.

A eleição de políticos, em vários níveis, exige um número superior de votos que os moradores de um só feudo rural não atingem. Surgem as oligarquias municipais. Regiões açucareiras tornam-se um enovelado de grupos com forte poder de decisão na partilha governamental. Os presidentes da província nomeados pelo Império eram funcionários de carreira e não desejavam ter atritos com os poderosos senhores rurais. Quando os tinham, perdiam sua base de sustentação e eram substituídos. No período republicano, todos os governantes procedem ou têm ligação umbilical com o setor canavieiro. Fernandes Lima e Batista Acioly, por exemplo. São advogados, proprietários de terra e senhores de engenho da região norte, legítimos representantes de sua classe. O clã dos Góis Monteiro - Ismar, Edgar, Silvestre Péricles -, profissionais liberais, militares que dirigiram o estado de 1930 a 1950, são originários do Engenho São Salvador do Guindaste, então pertencentes a São Luís do Quitunde, também região norte.

A oligarquia dos Malta⁸, procedente de Mata Grande e Penedo, bem como os demais governantes, só governou com vice-governadores que vinham da base política originária da mata açucareira. Até mesmo na segunda metade do século XX, quando o mundo urbano torna-se mais potente que o rural, governadores como Arnon de Mello, Afrânio Lages, Lamenha Filho, Divaldo Suruagy, Guilherme Palmeira, José Tavares e Manoel Gomes de Barros tinham fortes ligações com o mundo forjado secularmente pelos velhos banguês coloniais.

Fernando Collor, que se tornaria o primeiro presidente da República eleito após o fim do regime militar de 1964, tornou conhecida sua passagem pelo Palácio dos Martírios em 1987 primeiro pelo confronto, e depois pelo acordo fiscal realizado com os usineiros, o que debilitou por vários anos as finanças estaduais. Nas eleições governamentais de 2006, sem mais prepostos, os candidatos mais fortes que disputaram o pleito, junto com mais três pretendentes, foram dois usineiros, João Lyra e Théó Vilela, oriundos de duas famílias tradicionais da chamada “açucarocracia”. O último venceu o pleito e é candidato à reeleição. O único governante que não seguiu essa regra

foi Sebastião Marinho Muniz Falcão, pernambucano, funcionário do Ministério do Trabalho que, na condição de delegado veio implantar a representação trabalhista e a sua legislação em Alagoas. Por conta de sua atuação, tornou-se um ídolo dos trabalhadores e entrou na política local. No seu governo, ao pretender a taxaço do açúcar para custear a educação e a saúde, enfrentou uma tentativa de *impeachment* e séria crise institucional, verdadeira guerra que marcou a história do Estado. Mesmo vencendo as eleições para um segundo mandato, anos mais tarde, não conseguiu retornar devido a casuismo político do regime militar, morrendo antes do segundo turno de um novo pleito.

Uma mudança lenta, gradual, mas perceptível.

Nesta primeira década do século XXI, indícios de uma nova sociedade estão aflorando. Em meio a uma legião de excluídos, com 60% da população considerada pobre, numa sociedade rigidamente estratificada, a terceira menor renda per capita do Nordeste, e mal distribuída, a economia e a sociedade alagoana vão lentamente mudando. Um contingente expressivo de universitários e pequenos empreendedores, mais os recursos de beneficiados pela previdência e verbas da União vão alterando o perfil da economia, ainda bastante dependente do setor tradicional. O principal problema é o modelo econômico, que gerou uma forte concentração de renda, com a prioridade dada à grande empresa. Para uma transformação significativa seriam necessárias mudanças, com especial atenção à educação, diversificação das atividades agrícolas e não agrícolas, superar sua infraestrutura precária e, principalmente, gerar novos empregos.

A antiga comarca resiste para continuar como dantes. As famílias de “bens”, no domínio da economia e da política e com expressão social de uma nobreza, assiste o seu ocaso. O panorama dos clãs senhoriais tem contornos da obra *O Leopardo*, de Lampedusa⁹. Um grande corte histórico já foi feito nos fins do século XIX, quando surgiram as usinas centrais que sepultaram os engenhos banguês. Mas como no filme de Lucchino Visconti, baseado no mesmo livro, sobre a nobreza siciliana, tudo mudou para continuar como estava. Assiste-se a briga sem fim dos herdeiros dos clãs tradicionais, em que “o cobertor é curto para a cama”, gerando divergências, demandas judiciais, falências e até crimes entre eles.

O número de famílias no campo foi ficando cada vez mais reduzido a partir do desaparecimento dos engenhos. Passada a fase de ouro, eles foram substituídos pelas grandes unidades agroindustriais, usinas e destilarias de álcool. Os escravos foram substituídos pelos bóias-frias e pelas máquinas. Caminhões, sofisticados sistemas de irrigação, implementos vários, informatização, substituem gradativamente o braço humano. Mas os sucessores da secular estrutura senhorial são ainda os maiores produtores da riqueza caeté, os grandes eleitores da vida política do estado, uma aristocracia que resiste a deixar o topo da vida social sem os títulos nobiliárquicos de outrora, mas com o prestígio ainda em alta.

O gosto amargo do açúcar

O doce açúcar tem também o seu gosto amargo. A área mais rica de Alagoas, de maiores depósitos bancários e de economia mais rica é também a mais pobre na conta dos indicadores sociais e de desenvolvimento humano. Com a derrubada das casas dos empregados, por conta das reclamações trabalhistas, não existem praticamente moradores fixos nas propriedades. Só o mínimo indispensável. A população seguiu para as grandes cidades em busca de melhores condições, engrossando o contingente de favelas.

Sem instrução, sem preparo para novas oportunidades, vão passar por dificuldades. O desemprego e a miséria se acentuaram com a evolução por que passou o mundo do açúcar. A usina é um verdadeiro parque industrial, uma fábrica moderna, mas nunca vai esquecer o primitivo banguê, do qual saiu como o pinto do ovo. Não se conseguiu, nessa extraordinária trajetória de modernização industrial, oferecer ao trabalhador orientações seguras e eficiente estímulo. Repete-se o drama dos escravos quando alcançaram a liberdade. São jogados num mundo estranho e hostil sem nenhum preparo.

Nos lares improvisados desses trabalhadores não existem comodidades. Faltam-lhes educação e saneamento básico. Os imensos canaviais agora adotam a contratação temporária, os bóias-frias, sem nenhum vínculo com a terra, trazidos em caminhão de madrugada, com sua comida fria para a refeição do meio-dia e retornando à noite. Um salário insuficiente para as suas necessidades básicas e uma grande oferta de braços tirada da mão de obra abundante e barata à disposição do empregador ou do

intermediário, que é o responsável pelo aliciamento. Nenhuma ligação mais com a empresa.

Parece que voltamos no tempo, após a alforria geral de 1888 e o surgimento das usinas centrais. Os anos são outros, o século é outro, mas há enormes semelhanças nas condições dos personagens humanos Craveiro Costa¹⁰, arguto observador da transformação por que passou o mundo do açúcar, anteriormente escreveu com uma forte dose de pessimismo sobre esse trabalhador desditoso, acabrunhado por tantos males oriundos da ignorância e da escravidão, legado do extinto mundo dos engenhos. “Quem vive nessas espécies de lutas é gente sem alegria, dominada por um desânimo penoso; homens combalidos pelas sezões; fumadores de maconha; alcoólatras, tocadores de viola; pobres criaturas fatalistas, com a noção integral de sua desdita a que procuram se subtrair, fugindo do engenho onde estão para outro em que se encontram os mesmos infortúnios; mulheres desgrenhadas, em estado permanente de gravidez, como se fossem ratazanas gigantescas, amigas do cachimbo e da pinga, metidas em sapatões, sem o menor traço de feminilidade; crianças ventrudas, sujas, piolhentas, dadas ao prazer que a psicanálise tão bem explica de chupar os dedos”.

As estruturas sociais, que pouco se alteram com o correr dos tempos cristalizam-se, tendem à inércia, são arcabouços prisionais de longa duração. Mudou a tecnologia na produção do açúcar, acabaram-se os banguês, surgiram as usinas, as *commodities*, o universo financeiro, as aplicações nas bolsas, a internet, mas mudaram pouco as condições do campesinato rural que surgiu com a extinção da escravidão, acabrunhado por tantos males oriundos da ignorância a que o reduziu a açucarocracia desde os tempos d’antanho. Quando se passa pelos trabalhadores nos campos, dedicados à faina do cultivo ou da colheita da cana, vemos homens e mulheres humilhados diante de si mesmos, pobres criaturas com uma diária R\$4,00, equivalente a menos de US\$ 3.00, num trabalho insano, no sol ou na chuva, sem estímulo ou aspiração para nada.

O mesmo historiador já citado nos fala de manifestações artísticas. Sabemos que a riqueza e a variedade dos nossos folguedos populares nasceram no terraço das casas-grandes, vindos das senzalas para apresentar-se para seus senhores. Herança cultural que passa de geração em geração com os mestres do folclore, com sua beleza, movimento, improvisado e harmonia. Uma delas, a embolada¹¹, autêntica manifestação popular regional, é do caboclo da cana. Um canto aparentemente cheio de alegria, mas que esconde o sofrimento do homem do eito, a incerteza de seu viver. Diz ele a respeito “... a incoerência de suas ações, em perene antagonismo com os mandos dos

proprietários dos latifúndios, em cuja mentalidade o cativo negro ou as sobrevivências do mesmo obliteraram totalmente as mais rudimentares noções de justiça e a idéia de respeito pelos seus operários”.

A saga dos Palmares e a Guerra do Açúcar

Cinco séculos nos separam do início da formação daquilo que hoje conhecemos por Alagoas. Passaram os homens, passaram os anos, mudou o cenário, novidades foram surgindo, mas continuam vivos, presentes em seu arcabouço social, os vestígios do mundo do açúcar. Frágil, a memória é enganosa, seleciona, interpreta e reconstrói dentro da visão do presente. Será que é exagero dizer que a casa-grande e seu complemento, a senzala, continuam dominando a vida alagoana? Será possível narrar a história do estado sem vê-los com suas capelas, moendas e plantações pairando nas várzeas, nas encostas, nas chãs, influenciando de forma poderosa os seus destinos, na política, na cultura, no seu modo de ser, enfim, um elo indestrutível entre o campo e a cidade? O que une e divide a sociedade?

O açúcar é um veio inesgotável de estudos, o ciclo econômico de maior duração e intensidade em nossa evolução histórica. Nenhum tipo de relato da história de Alagoas seria possível sem unir fatos e símbolos a ele relacionados. Nos episódios de maior relevância ele está lá presente. Primeiro, na odisséia dos Palmares, o quilombo negro que representou o maior movimento de liberdade contra a escravidão nas Américas. Dos engenhos alagoanos os negros escravos fugiam, embrenhando-se nas matas densas da Serra da Barriga¹², até então habitada por tribos indígenas, e a elas se juntaram para instalar um verdadeiro bastião de resistência, um projeto alternativo de sobrevivência ao modelo de colonização portuguesa.

A epopéia palmarina é uma crônica de feitos heroicos de uma gente sofrida que desmentiu a versão errônea da submissão consentida do negro para a escravidão. Zumbi, a maior liderança dos negros dos Palmares, foi guindado na época moderna ao panteão dos heróis brasileiros, um lutador pela liberdade que queria uma sociedade igualitária, fora dos padrões de seu tempo, e comandou os seus irmãos contra os sucessivos ataques ao reduto da serra.

Em documento escrito por um dirigente holandês há o registro de que o quilombo famoso era uma forma diferente de cultura da terra, baseada no trabalho individual e não no trabalho por turmas, como se fazia na terras dos engenhos. Todavia,

mesmo deixando em polvorosa fazendas e vilas entregues à monocultura canavieira, os próprios palmarinos mantinham também o cultivo da cana de açúcar para a sua subsistência. No interregno das escaramuças e dos combates travados, e ainda nos breves períodos de paz entre os dois lados, antes do assalto final à cerca fortificada da Serra da Barriga, chegou a haver comércio entre os dois lados e o açúcar era um produto de troca entre as partes litigantes.

O segundo episódio refere-se à presença holandesa em Alagoas, que aconteceu com a invasão a Pernambuco feita com o objetivo de garantir as fontes produtoras do açúcar artigo precioso no mercado internacional, cujos compromissos comerciais estabelecidos tradicionalmente com Portugal foram desprezados pela Espanha, nova detentora do trono de Lisboa em função da União Ibérica.

Alagoas era parte importante da região dos engenhos de açúcar pernambucanos, que tanto os neerlandeses queriam. A figura mais polêmica desta que é chamada a Guerra do Açúcar foi Domingos Fernandes Calabar, um mestiço de Porto Calvo, senhor de engenho, que passou para o lado holandês e mudou completamente o rumo da guerra com sua coragem e conhecimento da terra. Nova mudança no curso do conflito se deu quando ele foi capturado e garroteado em solo alagoano. Uma das batalhas mais importantes foi travada no Engenho Mata Redonda¹³ em Porto de Pedras, quando morreram o general espanhol Luiz Rojas y Borja e o sobrinho de Nassau, Carlos.

No governo do príncipe Maurício de Nassau, admirado governante flamengo, houve um esforço para introduzir a pequena propriedade e a policultura para evitar a importação de gêneros alimentícios, ao lado da cana-de-açúcar, mas isto não foi bem aceito pela Companhia das Índias Ocidentais, sua contratante, nem pelos grandes proprietários, que desejavam continuar com a vantajosa monocultura. Os senhores de engenho não gostaram das ordens de Nassau para que plantassem roças de mandioca, apesar da garantia de compra da primeira safra. Ele pretendia fazer de Alagoas a fonte de abastecimento de farinha e de víveres básicos da província que governava.

As divergências se acentuaram quando foram cobradas as dívidas de financiamentos tomados pelos engenhos. A saída do príncipe de Orange, que construiu o Forte Maurício em Penedo, e a falta de habilidade de seus sucessores fizeram deteriorar a precária *détente* que existia e terminou com a expulsão dos holandeses após a derrota na Batalha de Guararapes.

Os flamengos eram mais voltados à atividade comercial e o colono português mais afeito à faina agrícola. Falando dessa falta de aptidão dos holandeses pelo campo, Johannes Von Waalbeck¹⁴, um dos altos comissários da Companhia, observa em relatório sobre Alagoas: “Sendo, no Brasil, as mercadorias européias muito caras, a agricultura não pode dar frutos que lhes permitam manterem-se devidamente, conforme a condição que tinham em sua pátria. Os moradores portugueses, tanto os mais simples camponeses como também os senhores de engenho, estão afeitos comumente a comer um pouco de bacalhau e legumes ordinários, de modo que, em alguns engenhos, não há comida por algum tempo”.

A herança holandesa e o brasão alagoano

A Guerra do Açúcar legou terrível herança de abandono, desolação e miséria. Os moradores sofreram toda sorte de privações, mesmo nos lugares mais distantes do teatro de guerra. As labaredas incendiaram prédios, casas e igrejas, como as do Engenho Furado e a de Nossa Senhora da Conceição, em Alagoas do Sul: os saques e as mortes se espalharam praticamente por todo o território, especialmente nas vilas mais prósperas. A economia foi abalada e nos engenhos a reconstrução foi a palavra de ordem. Muitos ficaram em ruínas e passaram à condição de fogo morto. As regiões produtoras de açúcar foram as mais afetadas, pois, além de se apossar do produto que motivou o conflito, os invasores ainda podiam arrecadar mantimentos para suprir suas tropas.

Na crônica dos feitos destacados da guerra que grassou do Ceará a Bahia, há um lugar de honra para Alagoas. Figuras como os índios Clara e Felipe Camarão, o negro Henrique Dias, o português Matias de Albuquerque, o italiano Bagnuolo, o polonês Arciszewski e o espanhol Rojas y Borja ombrearam-se aqui com Sebastião Ferreira, Valentim da Rocha Pita e também Calabar.

A bandeira e o brasão de armas criados em 1963¹⁵ basearam-se nos símbolos criados na época dos holandeses. Além do colmo da cana-de-açúcar, representativo do que movia a antiga capitania, ressaltam a simbologia dos três núcleos povoadores iniciais, traduzidos nos três morros postos em faixa de Porto Calvo, as três tainhas de Alagoas do Sul e o Rio São Francisco contendo o forte estratégico de Penedo, herança da engenharia heráldica holandesa nos primitivos brasões criados por Maurício de Nassau e seus artistas. Substituiu outra representação heráldica criada em 1894, no

alvorecer republicano, onde avultava um vapor e um trem, meios de transporte da época, e os ramos de café e cana representando as riquezas do estado recém-criado. Como esses meios de transporte praticamente desapareceram do cenário, bem como o café - uma experiência fugacíssima, a cana conservou sua majestade vinda desde os tempos iniciais, ultrapassando séculos e mudanças.

As usinas centrais substituem os antigos banguês

O processo evolutivo da agroindústria açucareira registra periodicamente crises e adaptações em suas diferentes etapas. O velho banguê atravessou anos e séculos como elemento vivo da paisagem alagoana, um ciclo que parecia interminável. Mas, como toda invenção humana, teve auge e ocaso. Desde 1850, no Porto de Jaraguá desembarcavam em quantidade arados de ferro vindo da Inglaterra que iam ganhando adeptos, apesar do apego à enxada, à foice e ao machado. A mão de obra escrava usada na agricultura operava os instrumentos de plantio e corte e a fabricação do açúcar na indústria rudimentar. Mas os ventos da mudança que aconteciam no mundo com o advento da evolução industrial começavam a soprar por toda parte, e não respeitavam barreiras.

Através do processo de modernização que chegou à sociedade alagoana no final do século XIX, pode-se perceber que as muralhas da tradição começam a cair. Instala-se a crise entre as práticas e os instrumentos antigos e as novas técnicas industriais nos vários campos da economia. Há a estagnação do setor canavieiro, a forte queda de preços no mercado internacional e a concorrência de outros centros produtores, inclusive com a ampliação do cultivo da beterraba para fazer também o açúcar. O governo imperial imaginou, para conter a ameaçadora crise, a criação de grandes engenhos centrais, visando separar a atividade agrícola da industrial, moendo canas alheias, trazidas de engenhos e fazendas diferentes, numa escala de produção maior, com preços competitivos junto aos importadores internacionais. Era uma nova fase que atingia em cheio um modo secular de economia e sociedade, baseadas na estrutura limitada e praticamente isolada do banguê.

Em Alagoas, três engenhos centrais foram implantados, mas com uma característica diferente, pois foram construídos em terras próprias e não obedeceram ao princípio usual de separação preconizado. Eram, portanto, usinas. Compreendeu-se que só com elevado nível tecnológico se poderia superar a intensa competição do exterior.

Quem não o fizesse, pereceria nessa guerra implacável. Parece que a vinculação visceral da terra caeté com a cana a fez portadora de uma visão aguçada para se proteger das tormentas e buscar os aperfeiçoamentos técnicos necessários. As usinas Brasileiro, Utinga Leão e Serra Grande passaram a ser exemplos de mudança diante da crise.

A decadência dos engenhos banguês coincide, portanto, com o aparecimento da usina, uma realidade tecnológica muito diversa do sistema tradicional. O aproveitamento da eletricidade como força motriz, a utilização do bagaço como combustível, o emprego da cal como decoada em lugar da potassa, as fôrmas de açúcar de metal, o aparelhamento para fabricar açúcar branco sem purgar e o uso do arado foram inovações que acompanharam as transformações que afetaram o velho mundo do banguê. Essa nova realidade e a competição acabaram por liquidar o engenho. Sem poder concorrer com a produtividade e a alta qualidade do produto da usina, eles foram pouco a pouco minguando, passando a fogo morto. Ficava para trás o tempo do tratamento rudimentar do caldo de cana e das moendas movidas por escravos ou animais de tração.

O poeta alagoano Ledo Ivo¹⁶, na apresentação do livro *Engenho e Memória*, de Luciano Trigo, diz que “... a usina, que engoliu os engenhos e trouxe a industrialização gulosa e desumana, criou novas formas de servidão e infelicidade, o êxodo rural que inchou as cidades e tornou mais claras e até mais escandalosas as separações sociais e econômicas”. O que se tem agora é alta tecnologia proporcionando o álcool combustível que move boa parte dos veículos que trafegam pelas cada vez mais congestionadas rodovias brasileiras, com expectativas de fazer o mesmo além do território nacional.

Quando percorrermos os campos de Alagoas e divisamos os vestígios do que outrora foi um pequeno engenho, temos noção dessa ruptura e, indiferentes ao presente, assistimos a um verdadeiro *flashback* do mundo do açúcar desde os primeiros dias do Escurial e do Buenos Aires¹⁷ até hoje, com as chaminés das grandes usinas. Relembramos o modo de vida dos antigos engenhos, da riqueza da casa-grande, da sua gesta cantada por poetas e narradores como um tempo de Camelot e da Távola Redonda, mas igualmente do sofrimento dos negros, da crueldade da escravidão, do infortúnio de cassacos, cortadores, cambiteiros, bóias-frias de hoje, a opulência e o poder das famílias senhoriais.

Moradores e trabalhadores livres

A unidade social açucareira era uma estrutura complexa que articulava, sob a denominação genérica de engenho, a fazenda com o canavial, pastagens e culturas de subsistência, matas fornecedoras de madeira e lenha e o engenho propriamente dito. Dessa estrutura complexa, a fazenda, o engenho e a senzala constituíam a sua base econômica, enquanto a casa-grande e a capela eram as instâncias jurídico-políticas. A diversidade da divisão da produção social-especialmente a da atividade agrícola e da manufatureira-e a divisão técnica do trabalho, sobretudo nas etapas especializadas, a ela conferiam grande autossuficiência, o que é profundamente alterado com sua transformação em relações de produção capitalista, com o aparecimento da usina.

O usineiro e sua família não moram na sede da usina e lá raramente vão. Ele a dirige de seu escritório na capital. São seus representantes, sua equipe técnica que executam suas ordens. A transformação também atinge a mão de obra, o trabalhador, que não precisa mais morar necessariamente em seus domínios.

É importante destacar que há mais de uma categoria de trabalhador na velha ordem e que todas essas mudanças vão também afetar as suas vidas. Mas não alteraram as diferenças acentuadas entre a vida deles e a dos patrões. Antes, o senhor de engenho, temido e respeitado por todos, com sua aura aristocrática, residia na casa-grande, em geral assobradada, de onde dirigia seu pequeno mundo como um nobre feudal. Sua autoridade estendia-se além da sua propriedade. Atingia os lavradores livres, isto é, os plantadores de cana, em terras próprias ou alheias, que não possuíam capital suficiente para as instalações necessárias à moagem da cana e ao fabrico do açúcar, e também a categoria de lavradores obrigados, de cana cativa, aqueles que plantavam nas terras dos engenhos e tinham a obrigação de neles fazer a moagem. Tanto uns como outros, os livres e os obrigados, dependiam totalmente da palavra do proprietário para moer a cana na época certa e receber a parte que lhes cabia, dada a inexistência de contratos escritos. Assim, viviam inseguros, morando hoje em um local e correndo o risco de amanhã ser expulsos, por não conseguirem a renovação de seus arrendamentos das terras ou por terem perdido sua safra. Em vista disso, construía pequenas e toscas habitações e empregavam normalmente suas rendas em gado e escravos.

Há ainda a figura do morador, geralmente mulato, que, em um pedaço de terra do engenho, cultivava produtos de subsistência em troca de um salário, ou, então, de uma participação, porcentagem, da produção. Formava, junto com outros agregados, também mestiços, que viviam nos domínios do proprietário, uma categoria que prestava ao senhor das terras todo tipo de serviços. Uma categoria que, teoricamente livre, não

apresenta muita diferença da condição, em seu modo de vida, do escravo. No engenho também havia o feitor, o mestre do açúcar, o capelão e uns poucos trabalhadores assalariados, que igualmente se sujeitavam ao poder do dono das terras. Eram a sua clientela e os laços de dependência eram estreitados pelo compadrio. Estes conviviam com os escravos e habitavam casas de um único compartimento, sem privacidade, em estágio de promiscuidade—o grande pombal negro¹⁸ ao lado da casa da majestosa família senhorial. Eram os responsáveis pelo trabalho no campo, nas oficinas e na casa-grande. A vida para todos era duríssima.

O que mudou nos dias de hoje?

Para tornar o açúcar competitivo e se inserir no exigente mercado industrializado, surgiu a moderna usina integrada, que resolve o problema ao plantar as próprias canas. Ela substituiu o projeto do engenho central e superou a produção dos banguês, a partir da safra de 1923. Por ter mais capital e condições de incorporar os avanços tecnológicos, tinha maior rendimento industrial e capacidade para absorver inovações como irrigação, seleção de mudas e os novos processos de trabalho. Em 1933, há uma maior participação estatal no processo com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, que estabelece cotas de produção por usina e por fornecedores. Nessa década ocorre também a disputa entre usineiros e fornecedores de cana, que termina com uma solução negociada pelo IAA. O controle político do órgão estatal pelos usineiros é absoluto.

O processo usineiro que viabilizou a expansão da produção agrícola e industrial do setor não explorou alternativas intensivas presentes nos recursos disponíveis na estrutura de produção que estava sendo montada. Os programas federais para o setor sucroalcooleiro transferiram somas fabulosas de recursos sem que houvesse alterações substanciais na antiga estrutura social da região, nem a aproximasse dos níveis de produtividade de estados como São Paulo e Paraná, que disputavam agora com Alagoas e Pernambuco e ganharam a liderança nacional. Os efeitos colaterais do maciço investimento estatal, que beneficiava a classe produtora, também afetaram o ecossistema da região. As matas alagoanas foram dizimadas. Os tabuleiros, a última fronteira, foram ocupados. Acelerou-se a destruição da vegetação natural e a poluição dos rios e córregos com o lançamento do vinhoto¹⁹ nas águas, que chegou até o

santuário ecológico das lagoas. O uso intensivo de agrotóxicos fez com que os antigos rios de açúcar da zona da mata atingissem níveis alarmantes de poluição.

O trabalhador no século XXI

Imagens do francês Debret²⁰ mostra com a acuidade do artista a vida do trabalhador nos períodos anteriores à abolição e à República. Numa delas vemos a integração do escravo na vida social e familiar, os senhores à mesa dando migalhas da refeição a duas crianças negras enquanto uma ama abana a senhora e dois outros estão de pé, à espera de ordens. A cena tem forte simbolismo. Da senzala da casa-grande aos mocambos dos trabalhadores de hoje, houve mudança, mas não muito significativas.

A zona da mata canavieira, a zona mais rica, dos vales úmidos e férteis, apresenta contraditoriamente os mais altos índices de exclusão social da população do estado. Há carências de toda ordem, educação com altos índices de analfabetismo, baixos indicadores de saúde e de nutrição, o que, segundo Diégues Júnior, “...vão fazer do trabalhador um doente, sob o domínio da subalimentação e a influência da moradia”, ou seja, não tanto melhor que as antigas senzalas.

Por outro lado, a expansão da cana reduzindo drasticamente a área da agricultura de subsistência, os novos implementos e a mecanização do campo, e ainda a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural²¹ nos anos 60 do século passado, inviabilizaram os antigos “moradores de condição”, trabalhadores que ocupavam um pedaço de terra próximo aos canaviais, pagando com trabalho gratuito ou parte da produção perante o proprietário ou o foreiro. Estes sitiantes, ligados ao dono das terras, tal como os escravos, têm uma situação muito precária e formam uma mão de obra reserva que deixa os campos para viver nas cidades da mata canavieira.

O resultado da modernização do setor é uma concentração de terras ainda mais ampla e a transferência para a periferia da capital, ou dos municípios maiores, de um contingente de trabalhadores sem qualificação. Voltam ao campo para a colheita e juntam-se aos que vêm do sertão na época da seca, com trabalho provisório, como boias-frias. Fragilizados, são presa fácil do assistencialismo, de relações com o patronato e vítimas da compra de votos nas eleições. As Ligas Camponesas e a atuação sindical rural não prosperaram em Alagoas. A mobilização de trabalhadores do campo, arrendatários, assalariados, posseiros e moradores pela reforma agrária nunca esteve sintonizada com o movimento de outros estados, só mudando com o advento do

Movimento dos Sem Terras. O MST hoje ocupa esse espaço e tem uma atuação forte. E seu vigor decorre exatamente das mudanças nas relações de trabalho a partir da década de 90, do alto índice de rotatividade da mão de obra do setor e do esvaziamento dos sindicatos pelas dificuldades de convocação que dispunham até então.

A violência no campo envolvendo conflitos de terra tem sido agora acompanhada pelas entidades que lutam por reforma agrária. O revide contra os trabalhadores que ingressam com ações na Justiça do Trabalho reclamando direitos não passam mais em branco. Há órgãos governamentais e outros ligados à Igreja Católica que se posicionam ao lado das vítimas. A realidade da zona canavieira de Alagoas e do Nordeste passa neste começo do século XXI por um novo momento. Um novo panorama, em que as relações de dominação têm como matriz o mundo das grandes propriedades, dos velhos engenhos, passa por uma nova dinâmica os trabalhadores se mobilizam e querem maior liberdade para negociar seus próprios interesses.

Literatura alagoana e o romance canavieiro

Toda a riqueza do mundo canavieiro e toda a história de Alagoas baseada nos caminhos do açúcar não motivaram uma reação do escritor local com sua sociedade. Se o primeiro pintor de renome, Rosalvo Ribeiro, escolheu motivos europeus, principalmente franceses, para eternizar em suas telas, não temos também nas letras - com honrosas exceções, como Jorge de Lima - uma bibliografia considerável, uma conquista progressiva e permanente dos recursos de expressão que se empenhe em retratar o horizonte humano de sua província com a civilização do açúcar.

Uma contribuição como a de Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*, ou como a do paraibano José Lins do Rego em sua narração de *Meninos de Engenho*. Aliás, Lins do Rego²² escreveu algumas de suas obras em Maceió, onde residiu por alguns anos, mas abordando a paisagem canavieira de sua terra. A única exceção à regra é o romance *O Último Senhor de Engenho*, de autoria de A.S. de Mendonça Júnior²³, que retrata o ocaso dos banguês e é um interessante romance histórico de uma época de transição. Mas não somos um deserto de literatos e idéias sobre o tema. Como dizia o poeta Judas Isgorogota²⁴, há alguns trabalhos que descrevem o suor, o sangue, as lágrimas e a lama de uma Alagoas impiedosamente negada e esquecida, Alagoas rural, Alagoas dos engenhos, Alagoas do trabalhador da cana-de-açúcar, das nossas grandezas e das nossas negações mais humilhantes. Trabalhos que dizem que suas vozes, seus abandonos, são

também ouvidos. Como o longo poema *Olá, Negro*, de Jorge de Lima²⁵, do qual extraímos esta estrofe:

Olá, Negro! Olá, Negro!
 Os netos de teus mulatos e de seus cafuzos
 e a quarta e quinta gerações de teu sangue sofredor
 Tentarão apagar a tua dor
 E as gerações dessas gerações quando apagarem

 a tua tatuagem execranda,
 não apagarão de tuas almas, a tua alma, negro!
 Pai-João, Mãe Negra, Fulô, Zumbi
 Negro-fujão, negro cativo, negro rebelde
 Negro cabinda, negro congo, negro ioruba
 que foste para os canaviais do Brasil,
 para o tronco, para o colar de ferro, para a canga
 de todos os senhores do mundo.

Ou o belo trabalho do poeta José Geraldo Marques²⁶, em seu *Trecho do poema eneidalaensis*, professor universitário e um dos melhores nomes da geração atual da inteligência caeté:

Triste Alagoas, oh quão dessemelhante és!
 a razão da nossa amargura é doce:
 são doces nomes de usinas
 macios que nem a espuma...
 mas que entre espadas ocultam
 violentíssimos crisântemos!

E ainda o do professor universitário, pós-graduado aqui mesmo em Grenoble, Fernando Fiúza, que, dentre tantos de sua apreciada obra, tem um sob o título *Mulher Usina*:

Lanças vapor e líquidos perfeitos
 Cristais de alvura doce e venenosa
 devorando se culpa todo engenho
 ao redor dessa língua em brasa e pólvora
 Baila a cana flechada – os finos pêlos–
 Do latifúndio fértil do teu corpo
 Soberba arquitetura em sangue e ferro–
 no descampado cinza de meus olhos
 Mulher usina, jóia monstruosa
 –Orquídea num jardim de pobres rosas–

Há outros poetas que abordam o tema com maestria, como Maurício de Macedo, Iremar Marinho e Humberto Gomes de Barros²⁷. No romance temos dificuldades de enumerá-los. Falta uma fermentação criadora e condensadora do cotidiano do ciclo do açúcar, uma leva de romances sobre o tema capaz de abordar ao mesmo tempo o humano e o social. Faltam obras que procurem desvendar pela ficção o complexo mundo canavieiro, povoado de gente de carne e osso, longe dos esquemas econômicos e estatísticos, mas com suas mazelas e virtudes, suas munificências e misérias, para se fixar além das contingências das várias épocas que atravessou, como a projeção de um universo muito próprio e característico que são os caminhos do açúcar alagoano.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Cícero F. Cana, Casa e Poder. Maceió: Edufal, 2009
- ANDRADE, M. Correia de. Usinas e Destilarias de Alagoas. Maceió: Edufal, 2007
- AZEVEDO, C. A, CHACON, V. e CALDAS, R. Situação Sucro-alcooleira em áreas da zona canavieira de Pernambuco e Alagoas. Recife: IJNPS, 1972
- BARROS, H. Gomes de. Usina Santa Amália. Brasília: Ed. Dedalo, 2001
- CARVALHO, C. Péricles de. Análise da Reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana, 3ª. ed. Maceió: Edufal, 2009
- CASCUDO, L. Câmara. Sociologia do Açúcar. RJ: IAA, 1971
- CONDÉ, J. A Cana de Açúcar na Vida Brasileira. Recife: IAA, 1992
- DIEGUES JR. O Banguê nas Alagoas. 2ª. ed. Maceió: Edufal, 1980
- O Engenho de Açúcar no Nordeste. Maceió: Edufal, 2006
- EISENBERG, P. Modernização sem Mudança. RJ: Ed. Paz e Terra, 1977
- FERLINI, Vera L. A Civilização do Açúcar. SP: Brasiliense, 1984
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala, reed. RJ: Ed. Record, 1992
- GUIMARÃES, A.P. A Crise Agrária. RJ: Ed. Paz e Terra, 1979
- HEREDIA, Beatriz. Formas de Dominação e Espaço Social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. SP: Ed. Marco Zero, 1988
- LIMA, Araken. A Crise que veio do Verde da Cana. Maceió: Edufal, 1988
- LOUREIRO, Osman. Açúcar. Maceió, s.n. 1970
- MARROQUIM, Ad. Terra das Alagoas. Roma: Editori Maglioni e Strini, 1922
- MENDONÇA JR. A. S. O Último Senhor de Engenho. Maceió: Edufal, 1987
- KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil, reed. SP: Ed. Nacional, 1972

SANTANA, Moacir M. *Contribuição à História do Açúcar em Alagoas*. Recife: IAA, 1970

SIGAUD, Lygia. *Greve nos Engenhos*. RJ: Paz e Terra, 1978

SUAREZ, Ma. Teresa S. de Melo. *Cassacos e Corumbas*. SP: Ática, 1977

TENÓRIO, Douglas A. *Capitalismo e Ferrovias no Brasil*, reed. Curitiba: HD Livros, 1996

TENÓRIO, D. A. e DANTAS, C. L. *Caminhos do Açúcar: Engenhos e Casas Grandes de Alagoas*. Brasília: Ed. do Senado Federal, v. 104, 1996

Notas:

² Alagoas é o penúltimo estado brasileiro em área e o 16º em população. Tem um território de 27.767,661 km² e uma população de 3.156.000 habitantes.

³ É um trecho do poema *Canto Nativo*, do historiador e poeta Jayme de Altavila (17/10/1895-26/03/1970).

⁴ Divindades da mitologia tupi-guarani. O primeiro significa trovão, deus supremo; o segundo é o deus do amor.

⁵ Expressão que abre uma obra sobre a história de Maceió, abordando as suas origens canavieiras em contraste com outros historiadores que admitem ter sido o Porto de Jaraguá o responsável pelo início da povoação.

⁶ Açúcar obtido pela concentração do caldo de cana ao natural, sem utilização de aditivo químico na composição.

⁷ Pedro da Costa Rego foi um renomado jornalista da imprensa brasileira, nascido no Pilar-AL, em 12/03/1889 e falecido no Rio de Janeiro, em 06/07/1954. Foi também um vitorioso político que chegou ao governo do Estado e ficou famoso pela coragem no combate ao banditismo e à violência.

⁸ Período em que a família Malta, através dos irmãos Euclides e Joaquim, se revezou no poder, na primeira década do século XX. Foi derrubada por uma rebelião popular - as Salvações - que colocou no governo Clododaldo da Fonseca, vencedor das eleições.

⁹ Giuseppe Tomasi di Lampedusa, escritor italiano (23/12/1896-23/07/1957). Escreveu várias obras e é famoso por seu romance *Il Gattopardo* (*O Leopardo*), que retrata a decadência da aristocracia siciliana, no qual um dos príncipes afirma que é preciso mudar para que tudo continue com está.

¹⁰ João Craveiro Costa, historiador nascido em Maceió, em 22/01/1874 e falecido na mesma cidade, em 31/08/1934. Um dos principais historiadores alagoanos, deixou dezenas de obras.

¹¹ Também conhecida como coco de embolada, ou coco de improviso, espécie de canto muito popular na região da mata alagoana. Surgiu nos engenhos de açúcar e tem melodia muito rápida e de intervalos curtos.

¹² Localizada em União dos Palmares, dista 100 quilômetros de Maceió. É monumento nacional, tombado pelo Governo Federal através do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan. Abriga o Parque Nacional dos Palmares, pois ali ficava localizado o sítio do Quilombo dos Palmares.

¹³ Importante batalha terrestre travada entre forças holandesas de um lado e luso-espanholas de outro, em 28 de janeiro de 1636, lideradas por Arciszewski e Luíz Rojas y Borja, respectivamente, vencida pelo primeiro.

¹⁴ Cronista holandês que enviou importantes relatórios à Companhia das Índias Ocidentais sobre as unidades provinciais conquistadas por seu país. Um deles, em parceria com Henrique de Moucheron, traz informações preciosas sobre Alagoas.

¹⁵ O atual brasão de Alagoas, reformulado em 1963 pelo professor Théo Brandão, evoca a heráldica holandesa trazida às terras alagoanas pelos artistas do príncipe Maurício de Nassau e se contrapõe à antiga bandeira e ao brasão criado pelos republicanos em 1894, baseado no sonho da industrialização.

¹⁶ Ledo Ivo, considerado o maior poeta brasileiro dos dias atuais, é alagoano de Maceió (08/02/1924). Agraciado com vários prêmios nacionais e internacionais, é membro da Academia Brasileira de Letras e detentor do título de doutor honoris causa de várias universidades do mundo.

¹⁷ Escorial e Buenos Aires são os dois primeiros engenhos construídos por Cristóvão Lins, um na região de Porto Calvo e o seguinte no vale do Camaragibe. Com eles iniciou-se o ciclo do açúcar em Alagoas.

¹⁸ Pombal negro é a expressão cunhada por Joaquim Nabuco para designar a senzala, habitação dos escravos nos engenhos.

¹⁹ Vinhoto é o restilo pastoso e malcheiroso que sobra da destilação do caldo, ou garapa, da cana de açúcar após a moagem. Forte elemento poluidor, contribuiu para reduzir drasticamente a fauna dos rios. Hoje, por pressão dos órgãos ambientais, é utilizado com o adubo para agricultura.

²⁰ Jean Baptiste Debret, pintor e ilustrador francês que deixou inúmeros trabalhos, aquarelas, desenhos e quadros, retratando a vida do Brasil colonial no século XIX.

²¹ Comissão Pastoral da Terra.

²² Escritor brasileiro nascido na Paraíba, no Engenho Corredor, município de Pilar em 1901, e falecido no Rio de Janeiro em 1957, foi o mais autêntico narrador do ciclo da cana-de-açúcar do Nordeste. Morou alguns anos em Maceió, na era de ouro cultural, nos anos 20, convivendo com Graciliano Ramos, Jorge de Lima e Raquel de Queiroz.

²³ Antonio Saturnino de Mendonça Júnior, natural de Matriz de Camaragibe-AL, nasceu no Engenho Maranhão no dia 08/03/1908. Foi político e homem de letras. Faleceu em 10/01/1979.

²⁴ Nome literário de Agnelo Rodrigues de Melo.

²⁵ Jorge Mateus de Lima, “o príncipe dos poetas alagoanos”, é também romancista e nasceu em União dos Palmares-AL, terra de Zumbi dos Palmares, em 05/11/1893. Algumas de suas obras tratam do elemento negro, como o famoso “Essa Nêga Fulô”.

²⁶ José Geraldo Wanderley Marques é professor universitário, doutor em ecologia pela Unicamp e considerado um dos valores da moderna poesia alagoana.

²⁷ Iremar Marinho, jornalista, tem de sua autoria interessante poema intitulado Usina, que trata do sofrimento do morador canavieiro. Humberto Gomes de Barros é natural da zona açucareira, ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça e autor de algumas obras sobre o cotidiano dos engenhos e o advento da usina.